

CARTA ABERTA

DO CRESS/SP PARA AS CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com muito esforço político, de muitas mãos que constroem cotidianamente o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o processo conferencial de 2019 está em curso nas suas etapas municipais, estadual e nacional! Dessa vez, exigindo mais da organização e mobilização política em defesa do SUAS e, sobretudo dos/as trabalhadores/as e usuários/as, uma vez que o cenário político brasileiro não tem medido esforços para calar a participação social, com práticas hierarquizadas e autoritárias de gestão.

A política de assistência social, no conjunto das políticas de seguridade social, somente recentemente ganhou legitimidade como tal na história do país, e, sem dúvida, contou com avanços importantes na última década, explicitando o lugar da proteção social nas ofertas socioassistenciais para os/as cidadãos/ãs brasileiros/as. A consolidação do SUAS, mesmo diante desses avanços, estava concebida como um gigantesco desafio a ser percorrido, pois, a conjuntura brasileira assistiu a passos largos o avanço do neoliberalismo e o financiamento das políticas sociais muito aquém do que seria necessário para sua operação e qualificação.

Esse cenário se agudizou nos últimos anos e, a emenda constitucional 095/2017, que congelou gastos públicos por vinte anos, certamente, evidenciou grandes prejuízos para as garantias constitucionais da seguridade social - dados apontam que para os serviços socioassistenciais, em 2019, o repasse federal será de 1,5 bilhões de reais, quando em 2016, esse mesmo repasse era de 2,1 bilhões.

Para além desses dados importantíssimos do financiamento, o contexto vivenciado por usuários/as e trabalhadores/as é trágico! Os/As trabalhadores/as do SUAS são chamados/as, cotidianamente, a traduzirem o "não-direito" para a população. Os/As mesmos/as se veem frente às demandas de trabalho muito superior à capacidade de resposta profissional e institucional; são vítimas de assédio moral; recebem baixos salários; em grande parte apresentam vínculos de trabalho precarizados, com maior incidência diante do avanço das terceirizações e privatizações e; têm o agravante de receberem requisições arbitrárias de gestores/as, do Poder Judiciário e de outros órgãos/instâncias de poder, tensionados/as a desenvolver atividades estranhas à natureza dos serviços socioassistenciais e das áreas do conhecimento a este vinculada, ou a observar serviços de competência de outras políticas sociais.

Por parte dos/as usuários/as, há uma lacuna grande para o alcance do atendimento de suas necessidades, com controle moralizante das condutas daqueles que recebem programas de transferência de renda, com dificuldades de acesso aos programas, serviços e benefícios do SUAS e com a precarização da vida latente na sua condição de classe trabalhadora - altos índices de desemprego e desalento, com contratos intermitentes de trabalho, dentre outros.

É nesse cenário extremamente adverso que usuários/as e trabalhadores/as do SUAS criam possibilidades de resistência e existência, investem esforços significativos para estabelecerem vínculos, acolhida, convivência e enfrentamento de violências diversas diante da necessidade de proteção. Esse movimento faz com que a assistência social não seja uma abstração, mas, uma realidade na vida das pessoas, sobretudo com o esforço militante de trabalhadores/as e usuários/as do SUAS que subvertem a lógica de destruição dos direitos sociais, hoje em curso.

Essa capacidade de reação faz desse processo conferencial algo diferenciado, pois, trata-se da resposta organizada de sujeitos coletivos às imposições das várias instâncias governamentais - muito evidenciada pela concepção de vida pública do governo federal, especialmente manifestada pelos ataques aos Conselhos de Direitos e pela manobra política frente à decisão do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) de convocação das conferências de assistência social, inviabilizando o processo conferencial. A sociedade civil se organizou e se articulou, respondendo ao chamado para a defesa do SUAS, enquanto estratégia para garantia da política de assistência social como DIREITO DO POVO, DIREITO AO FINANCIAMENTO PÚBLICO E À PARTICIPAÇÃO POPULAR. A conferência de assistência social neste ano de 2019 se realiza à revelia dos interesses do governo federal e seus representantes institucionais e segue seu percurso paralelamente, impondo a histórica construção democrática e participativa da população.

O CRESS/SP convoca a categoria de assistentes sociais do Estado de São Paulo para aderir ao processo conferencial democrático e reconhece que há um elemento "novo" nesse contexto, qual seja a RETOMADA DE UMA AGENDA COLETIVA DE LUTA FRENTE À RETIRADA DOS DIREITOS SOCIAIS! As conferências, em todos os níveis, se colocam como uma possibilidade real e concreta de desburocratizarmos o processo de participação popular, lutando para que o SUAS seja acessível a todos/as e que as pautas de usuários/as e trabalhadores/as seja, de fato, independente e autônoma de interesses capitalistas! Essa conferência

A conferência de assistência social neste ano de 2019 se realiza à revelia dos interesses do governo federal e seus representantes institucionais e segue seu percurso paralelamente, impondo a histórica construção democrática participativa da população.

é uma etapa importante de mobilização e deve ser compreendida como espaço de denúncia de violação de direitos (de usuários/as e trabalhadores/as), de mobilização e de articulação e, sobretudo, espaço em que prepondere a capacidade de organização política de todos/as aqueles/as que defendem a política de assistência social no bojo de uma seguridade social pública, laica, de qualidade e com financiamento adequado, a fim de oportunizar as reivindicações históricas da classe trabalhadora, não como concessão do Estado, mas como conquista do povo.

Conclamamos aos/as assistentes sociais a integrarem os processos da conferência de assistência social e a se unirem aos/as usuários/as e demais trabalhadores/as do SUAS, carregando as Bandeiras de Luta do Conjunto CFESS/CRESS, que defendem essa política pública. Uma participação não exclusivamente "por dentro" das instituições enquanto um ato formal, mas de forma a **POLITIZAR O DEBATE DE DEFESA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, realizando análise de conjuntura do contexto mais amplo do país e incidindo, principalmente, nas seguintes pautas:

- **REVOGAÇÃO** imediata da Emenda Constitucional 95/2017, considerando que ela já incide sobre as condições mais elementares de vida e sobrevivência da classe trabalhadora;
- **POSICIONAMENTO CONTRÁRIO E FORÇA DE LUTA NAS RUAS** contra a Reforma da Previdência em curso no país e pela **REVOGAÇÃO** da Reforma Trabalhista;
- **DENÚNCIA** das situações de assédio moral vivenciada por trabalhadores/as no contexto da política de assistência social, como forma de defesa de serviços de qualidade a serem oferecidos à população - tendo na sindicalização por **RAMO** uma estratégia de luta e enfrentamento de práticas adoecedoras do trabalho;
- **DENÚNCIA** do **RACISMO**, **MACHISMO** e **LGBTFOBIA**, como compromisso ético-político de defesa intransigente dos direitos humanos, com vistas à construção de outra sociabilidade, sem qualquer forma de exploração e opressão;
- **RECUSA** de práticas moralizantes para com usuários/as do SUAS, defendendo o lugar da assistência social como direito e não como recompensa de meritocracia ou favor;
- **POSICIONAMENTO CONTRÁRIO** ao primeiro damismo, ao voluntariado e a práticas que buscam desprofissionalizar o trabalho da equipe de referência do SUAS, denunciando qualquer iniciativa que busque priorizar atenções como "troca de favores";

"Assistência social como direito do povo, com financiamento público e participação social"

- **POLITIZAÇÃO** do debate acerca da privatização e terceirização dos serviços de assistência social em defesa da realização de concursos públicos e de serviços direto da administração, garantindo condições de trabalho e condições de acesso à população;
 - **DEFESA** do controle social, independente e autônomo, conectado com as pautas das lutas da classe trabalhadora;
 - **FORTELECIMENTO** dos Fóruns de Trabalhadores/as do SUAS e de Usuários/as do SUAS, como possibilidade de organização política e de unidade na defesa das condições de trabalho e oferta pública da assistência social;
 - **DEFESA** para investimento público em política de educação permanente, que tenha como mote central a construção coletiva com usuários/as e trabalhadores/as do SUAS;
 - **DEFESA** da prestação de serviço com qualidade e continuidade, evidenciando as seguranças de acolhida, sobrevivência e convivência como resposta coletiva de proteção social, com corresponsabilidade das diversas políticas sociais, recusando o voluntarismo;
 - **DEFESA** do financiamento público da assistência social, destacando a gestão integrada entre benefícios e serviços, garantindo a continuidade e ampliação dos serviços socioassistenciais como estratégia importante do avanço do SUAS;
 - **DEFESA** da participação popular, com linguagens acessíveis e com debate articulado com as demais políticas de seguridade social;
 - **DEFESA** do BPC, como garantia constitucional e como dever do Estado de assegurar e ampliar, jamais retrocedendo em sua oferta;
 - **DEFESA** da Seguridade Social, denunciando o desmonte do INSS, o fechamento do atendimento presencial e somando nas lutas contra a privatização do SUS.

Não nos calar! Se a ofensiva neoconservadora avança, a capacidade de resposta da classe trabalhadora organizada também mostra a sua força. A defesa do SUAS, exige análises não endógenas e menos institucionalizadas para que seja, de fato, possibilidade concreta de unidade de luta em face de todo retrocesso de direitos, patrimônio das lutas da nossa classe!

**"Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
NÓS passarinhos!"**
Mário Quintana

Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 9ª Região São Paulo
Gestão Ampliações – Trilhando a Luta com Consciência de Classe